

Revista Semestral do Centro de Estudos Everardo Dias
Ano I Nº 2 Julho a Dezembro de 1978

CARAAJÁ

Sindicalismo de Base, Comissões
de Fábrica e Democracia

A Greve dos 700.000

A Herança de Vargas

As Lutas Operárias na República Velha

Gramsci e os Conselhos de Fábrica

Os Operários Tomam a Palavra



Conteúdo

PG

Apresentação

Uma Homenagem 7
A Everardo Dias

Debate/Conjuntura

- Os Operários Tomam a Palavra** 8 Debate com a participação de
(Sindicalismo de Base, Comissões de Fábrica e Democracia) Jacó Bittar, do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, Bigode (da Chapa 2) e Hélio (da Chapa 3), da oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo, Nazaré, Zé Pedro e Baixinho, da oposição sindical dos metalúrgicos de Osasco
- São Bernardo: Uma Experiência de Sindicalismo "Autêntico"** 54 Entrevista com Luís Inácio da Silva (Lula)
- Cara a Cara com o Movimento Operário** 67 Conselho Editorial de Cara a Cara

Artigos

- A Luta pela Regulamentação do Trabalho na Primeira República** 98 Lígia Osório Silva
- A Política de Controle da Classe Operária no Governo Vargas** 107 Maria Silvia Duarte Hadler
- O Último Vendaval: A Greve dos 700.000 e Sindicato X Comissões de Fábrica: Uma Falsa Alternativa** 115 Márcia de Paula Leite e Sydney Sérgio F. Solis
152 Ricardo Maranhão

Documentos

- Conselhos de Fábrica, Sindicatos e Partidos** 161 Antonio Gramsci
- O Programa dos Comissários de Seção de Turim** 178 Conselho de Fábricas

Aparte

- Raízes Sociais e o Caráter do Movimento Estudantil** 189 Décio Saas

Ilustrações

- Os São Jorges Contra o Dragão da Maldade** Ciça Fittipaldi



O Último Vendaval: A Greve dos 700.000

Márcia de Paula Leite
Sydney Sérgio F. Solis*

“Numa das reuniões na DRT, Peri Bevilacqua, Comandante do II Exército, chegou fardado falando assim: ‘Ou vocês terminam com essa greve ou eu vou invadir o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo’. Um dos companheiros que estava lá se levantou e disse: ‘Nesse momento, nos retiramos da DRT e eu estou pagando pra ver, general. Na hora em que você invadir o Sindicato vai acabar essa sua fama de ser nacionalista; e deste momento em diante quem vai negociar é a CGT’. Os patrões tiveram que reconhecer a CGT e tiveram que se sentar para negociar com ela”.¹

A greve dos 700.000, deflagrada em 29 de outubro de 1963 e que provocou intensa agitação operária em quase todo o Estado de São Paulo, destaca-se da maior parte das greves operárias dos inícios dos anos 60 pela sua tentativa de estabelecer uma nova forma de relacionamento entre as organizações operárias e patronais.

Comandada pelo PAC (Pacto de Ação Conjunta), a greve visava, entre outras coisas, a unificação da data-base dos acordos salariais de várias categorias profissionais e propunha que o acordo unificado fosse realizado entre a FIESP e a CNTI, englobando em um único processo todos os entendimentos entre as diversas categorias econômicas e profissionais da indústria.

Tal proposta assumia grande importância se levarmos em consideração que, tentando unificar 14 categorias profissionais (que englobavam 79 sindicatos e 4 federações representando 700.000 trabalhadores do Estado)², negava na prática a legislação sindical brasileira que impedia a atuação das federações e confederações para efeito de acordos salariais.³

Emerge, assim, no quadro do movimento operário brasileiro do período, uma reivindicação de profundas consequências no que diz respeito à organização do movimento, cuja recuperação e análise

* Os autores são pós-graduandos de Ciência Política da UNICAMP. Este artigo faz parte do projeto de pesquisa que ambos vêm desenvolvendo sobre autonomia e dependência da classe operária no início dos anos 60; Márcia de Paula Leite como bolsista da FAPESP e Sydney Sérgio F. Solis como bolsista da CAPES.

torna-se de extrema importância, principalmente se considerarmos as questões organizativas que estão sendo colocadas pelo movimento operário hoje.

Nesse sentido, procuraremos recompor a greve dos 700.000 preocupando-nos mais com o aspecto de seu significado político e pelas formas encontradas pelos trabalhadores naquela conjuntura para encaminhar suas lutas, do que com uma reconstituição historiográfica, o que, aliás, embora também consideremos fundamental, torna-se difícil pelas limitações de tempo e espaço que enfrentamos.

1. A Conjuntura Política da Greve

A greve apanha a situação política em meio a uma dupla virada para a direita: de um lado recrudescer a conspiração golpista de direita, já agora tomando feições de golpe armado; de outro, a pretensa manobra defensiva de João Goulart, aproximando-se do PSD e esvaziando a esquerda. Em outubro de 63 o movimento operário e as esquerdas estão momentaneamente entregues à sua própria sorte. A ofensiva política direitista muda o quadro, dentro do próprio trabalhismo, com a queda do líder Bocaiuva Cunha e a indicação de Doutel de Andrade para substituí-lo. Assim, de uma hora para outra, o movimento operário se vê privado do seu canal político único (o PTB) e, talvez até por falta de costume de uma atuação independente, sua tentativa política se resume à pressão da esquerda parlamentar pelo "reenquadramento" de seus tradicionais "aliados" (Jango e PTB). Isso desloca o foco de atenção das esquerdas para os sindicatos, reduto onde sua força cresce, em contrapartida. Todavia, essa volta às bases fora, em grande parte, uma saída eventual, posta em cena por uma conjuntura política desfavorável, ao invés de uma estratégia que visasse a atenuar o descompasso entre as lideranças esquerdistas e a classe operária.

O Desenvolvimento da Crise Política

O que vai marcar a conjuntura política da greve é uma situação de luta aberta entre os vários setores sociais, situação esta que resulta dos rumos seguidos pela política governamental durante o 1º semestre de 63.

A vitória do presidencialismo no plebiscito de janeiro de 63 significou a resolução do impasse institucional criado com o parlamentarismo e pareceu pôr um ponto final na crise política que se desenvolvia desde a posse de Jango. Os nove milhões de votos recebidos pelo presidente⁴ fizeram-se acompanhar de uma incontestável

força política e militar que deixaria as oposições de direita num isolamento sem precedentes.

As esquerdas acreditavam que Goulart utilizasse a força outorgada pelo povo para a efetivação das *reformas de base*. Tal, porém, não foi o pensamento imediato do chefe do governo. Apressou-se em mandar San Tiago Dantas a Washington negociar novos empréstimos que cobrissem o serviço da dívida externa e compensassem o déficit da balança de pagamentos, mantendo o fluxo regular das importações.⁵ Era também objetivo do Ministro da Fazenda do Brasil renegociar a dívida brasileira, artifício com o qual pretendia sanear as finanças, estabilizar e resolver a profunda crise econômica que sacudia o país.

Na realidade, as medidas econômico-financeiras postas em prática por San Tiago Dantas buscavam primordialmente conter a inflação; medidas essas de austeridade, muitas das quais preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que visavam “limpar o terreno” para posterior deflagração do *Plano Trienal* de Celso Furtado, ministro sem pasta para o Planejamento. Contudo, a essência do plano de Furtado constava de reformas moderadas, bancária, tributária e administrativa e uma reforma agrária bem mais branda do que apregoavam os arautos da propriedade privada. Como pano de fundo, controle do crédito e do gasto público, compressão de salários e de preços. Certamente aumentaria a participação estatal na economia e, uma vez queimado o capital superacumulado no período anterior, a economia retomaria o crescimento a taxas bem modestas, se comparadas com as que presidiram o dito “milagre brasileiro”, mas com um nível de controle nacional e estatal sobre a produção acentuadamente maior. Fosse como fosse, o plano de Furtado exigiria medidas de força por parte do Governo. Não poderia Goulart penalizar simultaneamente os trabalhadores e o grande capital privado sem desencadear reações contrárias violentas. E elas vieram sem demora.

Não resta dúvida que o ônus maior recairia sobre os trabalhadores, em especial, e em todos quantos viviam de rendimentos fixos. Acossados os salários pela inflação e pela alta do custo de vida — inevitável —, estes perderiam cada vez mais valor real. A burguesia acharia uma forma de salvar os dedos, seja transferindo aos preços os prejuízos, seja socializando as perdas numa política estatal de gastos públicos, ainda que contida. Os trabalhadores contavam apenas com sua força política e, àquela altura, não estavam dispostos a suportar o ônus da crise. Goulart sabia disso. Sabia também que boa parte de sua base de apoio — a principal — estava contida no movimento operário. Por isso não poderia reprimi-lo, entrando em contradição com as exigências do *Plano Trienal*.

Segundo Moniz Bandeira, “essa tentativa de restabelecer o cálculo econômico e, portanto, manter a continuidade da acumulação capitalista, sem penalizar os trabalhadores, constituiu a grande contra-

dição que liquidaria não apenas a política econômico-financeira de Furtado e San Tiago Dantas, mas, também, o governo de Goulart e o próprio regime democrático".⁹

Retomar a Iniciativa

Goulart, como era de praxe, tentava conciliar o inconciliável, como, aliás, era do figurino de seu mestre político: Getúlio Vargas. Na falta de uma opção mais nitidamente classista, sua política econômico-financeira desgastou o governo, fazendo-o perder a iniciativa política e reduzindo sua base social. A direita acusava-o de malbaratar os recursos recebidos do exterior e de permitir a infiltração comunista nos movimentos operário e estudantil.⁷ A esquerda acusava a política de San Tiago Dantas de permitir concessões inaceitáveis ao imperialismo e denunciava o escândalo da AMFORP⁸ como verdadeiro crime de *lesa-pátria*.

Jango ficou com seus ministros.⁹ Com apenas cinco dias de diferença, proferiu dois discursos atacando a "exaltação da extrema esquerda".¹⁰ Não faltou quem insinuasse uma possível medida de força contra as lideranças populares, como Arraes e Brizola, e contra o movimento operário.

Surgiram boatos insistentes de que se estava tramando um golpe sob a inspiração do general Krueel, o qual, com pretexto "de promover um desagravo a Goulart por injúrias que o governador Carlos Lacerda lhe fizera"¹¹, promoveria, em articulação com o general Albino Silva, chefe da Casa Militar, um comício no Largo do Machado (Rio de Janeiro) com posterior invasão do Palácio Guanabara pela massa insuflada, o que motivaria a intervenção do Exército. Entretanto, as forças de esquerda e o CGT, alertados pelo general Osvino Alves, comandante do I Exército, suspeitaram que, uma vez com as tropas na rua, Krueel não perderia a oportunidade de intervir em Pernambuco e nos sindicatos. O CGT recuou; não houve o comício. O governo se desgastou ainda mais, pois agora as forças populares exigiam a demissão de todo o ministério, atacando as negociações com a AMFORP/ITT, além do Plano Trienal.

Corria o mês de junho de 63 quando Jango demitiu todo o ministério. Atacado pela direita e perdendo a confiança da esquerda, nada mais restava ao presidente fazer. Provavelmente, percebeu (embora tarde) o erro cometido com as negociações de Washington. Um programa de austeridade é por definição impopular: se a ele somarmos denúncias sobre o desperdício de recursos na compra de centrais elétricas obsoletas e bondes velhos, tanto as frações do capital penalizadas com a desvalorização do capital superacumulado, quanto os trabalhadores, sobre cujos ombros recairiam os ônus da recessão, estariam no direito de reclamar, e reclamar alto.

Goulart perdera a iniciativa política e cada vez ficava mais difícil encaminhar seu projeto de reformas. Os nove milhões de votos haviam se esterilizado. San Tiago Dantas percebeu perfeitamente a extensão do impasse político que se criara: “aconselhou Goulart a tomar *uma decisão que restabelecesse o espírito de iniciativa*, pois, a seu ver, o Governo só sairia de crise se provocasse um *impacto sério*, com medidas profundas e não paliativas”.¹¹

Medidas profundas: talvez enfrentar o capital descontente e ao mesmo tempo esmagar a “esquerda negativa”, aquela que se recusava a empulhar o movimento operário, vendendo o peixe de um plano econômico que lhe roubaria parte considerável do já minguado salário, para no final... recuperar a economia, vale dizer, recuperar as condições econômicas de exploração da mais-valia!

De qualquer jeito, tais medidas dependiam de força e João Goulart se enfraquecia a cada passo. A demissão do ministério Furtado-Dantas não ocorreu sem resistências. Para o presidente, tratava-se mais de uma derrota que de uma demonstração de força. Talvez Almino Afonso fosse dispensado de bom grado. Durante sua gestão, o Ministro do Trabalho prestigiou as intersindicais, até então à margem da lei. Embora tivesse concordado com os ministros da área econômica em não alimentar a espiral inflacionária, pela pressão dos salários¹², foi no seu período à frente daquela pasta que, em flagrante contradição com a legislação sindical, foi reconhecido o CGT.¹⁴ Na realidade, Goulart havia tentado se opor à direita e à esquerda. Seu relacionamento com o movimento operário procurava manter este último enquadrado às diretrizes do Estado. Contudo, esse Estado tinha por suporte social principal o próprio movimento operário. Os sindicatos percebiam nitidamente que Jango dependia mais deles que eles de Jango. Além do mais, o principal mecanismo de cooptação do Estado populista — a realização de uma política social de fachada através dos sindicatos — estava definitivamente comprometido pela crise econômica em que o país se debatia. Em face disto, nada mais óbvio do que os operários seguirem seu próprio caminho, desembaraçando-se dos liames que impediam seu avanço. Os CGT, PUA, PAC, CPOS e FSD¹⁵ eram exemplos disso. E, em relação a eles, a posição do governo Goulart era (como não podia deixar de ser) ambígua. “A diretriz de Almino Afonso no Ministério do Trabalho, ao fortalecer as direções operárias mais independentes como o CGT, o PUA etc., colidiu com os interesses de Goulart”.¹⁶ Este, entretanto, não se opunha abertamente aos sindicatos, preferindo antes pressioná-los através de pessoas de sua confiança do que se expor diretamente.¹⁷ De qualquer maneira, Goulart aproveitou a ocasião e, forçado a demitir todo o ministério, fez com que essa medida atingisse também a esquerda e os sindicatos, na pessoa de Almino Afonso. Fora criado um vazio político. Jango não aceitava o golpismo da direita, mas, ao mesmo tempo, afastava-se das esquerdas.

Retomar a iniciativa, dizia San Tiago Dantas. Contudo, como tomar a iniciativa das mãos da oposição conservadora, nessas condições, a não ser por culpa da própria oposição?

O golpe de sorte aconteceu com a entrevista de Lacerda ao *Los Angeles Times*.¹⁰

A Tentativa Frustrada do "Estado de Sítio"

No vazio político criado pelos rumos da política governamental, ao findar o 1º semestre de 63, apenas a oposição de direita tinha condições de avançar. Isso porque as ambigüidades do presidente, às quais a esquerda permanecia de certa forma vinculada, não permitiam a solução da crise econômica, nem da crise política. Assim, cada vez mais os setores burgueses liberais começavam a desgarrar-se de sua posição legalista, engrossando o coro dos que pediam o "impeachment" ou mesmo a derrubada, pura e simples, do chefe do governo. A dura campanha movida pela reação atingia, também, ponderáveis parcelas dos assalariados de renda média e baixa e da pequena burguesia industrial e comercial. A orquestração deste grande coro servia para encobrir (e dar legitimidade) à crescente articulação do golpe militar. Não resta dúvida que para a cúpula civil e militar da direita a saída para o impasse seria golpista. Nunca deixara de conspirar, nem mesmo nos momentos adversos. Agora, com terreno limpo, multiplicavam-se as articulações, já então quase à cena aberta.

Setembro de 63 foi um mês particularmente agitado. As forças populares mantinham-se na expectativa de ação do novo ministério e do andamento do projeto das reformas. Sua atividade política, portanto, voltara-se para a pressão parlamentar, apesar de pairar no ar a ameaça do CGT em realizar greve geral caso o Congresso não aprovasse as reformas de base com a mudança da Constituição.

A direita teve seu trabalho conspiratório facilitado pela *revolta dos sargentos* em Brasília. A animosidade entre os sargentos já se alastrava a algum tempo, porém é certo que o levante carecia de direção política definida.¹¹ Certamente, o apelo às armas teria sido aproveitado pelos conspiradores¹², ainda que não se possa reduzir o levante a uma maquinação da direita. Ele refletia dentro das forças armadas o grau de polarização a que chegara a sociedade brasileira e, mais que isso, na forma desorganizada e sem alternativas concretas em que eclodiu, mostrava com clareza o impasse político e organizatório geral. Contudo, seu impacto entre as correntes militares liberais — moderados — foi grande.¹³

Mesmo entre os militares conservadores não se procurou identificar diretamente o governo com a sedição militar. Atribuiu-se o levante à situação crítica do país, embora, a partir daí, viessem os

velhos chavões contra as forças progressistas. O comandante do II Exército, Peri Bevilacqua, em ordem do dia que causou profundo impacto nos meios políticos e militares, ameaçou reprimir pela força todo movimento grevista considerado político. A alusão visava claramente o CGT, mas não excluía outros setores do trabalhismo, nem mesmo Jango. Sobre o assunto, assim escreveu o colunista Carlos Castelo Branco: "O comandante do II Exército exprimiu com vivacidade de linguagem o que parece ser a opinião largamente dominante nas Forças Armadas com relação ao que se caracteriza ali como simples processo de agitação social e política, configurado pela sucessão de greves".²²

Mais uma vez, os exploradores acusavam os explorados pelas mazelas da exploração. A crise do capitalismo brasileiro era imputada, agora, à reação (justa) da classe operária ao ônus que sobre seus ombros queriam lançar — a transferência dos prejuízos pela compressão salarial e pela alta dos preços. O processo era simples e corriqueiro: identifica-se a crise com a agitação, esta, por sua vez, é identificada às greves políticas, as quais são ilegais. Está, pois, armado o circo: arranja-se um pretexto político para toda e qualquer greve e estará arranjado o pretexto para a repressão de toda e qualquer reivindicação operária. Este caminho espúrio foi seguido em tudo e por tudo na greve dos 700.000, em São Paulo. Um artifício simplório, mas eficiente.

O efeito dentro do exército certamente foi grande. Tanto que, embora Jango e seu Ministro da Guerra Jair Dantas Ribeiro estivessem decididos a punir o comandante do II Exército, foram obrigados a recuar do seu intento, certamente por falta de apoio na oficialidade.²³ A certeza de que a situação evoluía a seu favor fez com que os conspiradores já não tivessem cuidados com seus atos e palavras. Os sinais de golpes proliferavam. Entre os dias 18 e 28 de setembro o governo contra-atacou varejando aparelhos e apreendendo farta quantidade de armas e munições pertencentes a grupos paramilitares de conspiradores.²⁴

Várias prisões foram feitas. Muitas delas possuíam conexões que levavam a Lacerda. Contudo, nada de concreto se apurava (ou não se queria apurar) contra ele. Talvez embriagado pela impunidade, Lacerda — um agitador habilíssimo, mas um político de visão curta — resolveu cantar vitória antes do tempo e antecipou ao *Los Angeles Times* os planos para após a vitória golpista. Caiu do cavalo; foi a gota d'água numa série de provocações que o governo e os militares a ele chegados podiam suportar.²⁵ Ficava dita e assinada a prova de conspiração (talvez até mesmo para desespero dos conspiradores); Jango tinha base efetiva para a intervenção na Guanabara e São Paulo. Uma bravata do corifeu da conspirata devolvia ao presidente a tão ambicionada iniciativa política.²⁶

A ação do chefe do governo foi fortalecida pela repulsa conjunta dos 3 ministros militares à entrevista de Lacerda. Começava o mês

de outubro e as perspectivas eram de contra-ataque para as forças populares. Tudo dependia da ação de Jango. Se o presidente se decidisse pelo enquadramento do Governador da Guanabara na Lei da Segurança Nacional e pela conseqüente intervenção naquele Estado, aplicaria um golpe pesado à direita, abrindo campo às forças populares. Favorável a essa alternativa foi a recomendação do Conselho de Segurança Nacional aconselhando o enquadramento.²⁷ A intervenção teria, portanto, como base, um delito bem definido — a autopropalada conspiração de Lacerda. Ficaria, pois, aí restrita a ação do Estado, evitando medidas “colaterais” sempre “insinuadas” pela direita para compensar o do preço a pagar pela cabeça do governador carioca.²⁸ Essas medidas “colaterais” visavam, obviamente, o movimento operário. Pela sua anulação pagariam qualquer preço, até Lacerda (ainda mais agora que sua língua se mostrava inconveniente).

Jango, porém, deixou passar a oportunidade. Atendeu, ao que consta, à sugestão dos ministros militares (que há muito queriam fazer rolar cabeças à direita e à esquerda) e encaminhou pedido de “estado de sítio” ao Congresso. A tendência no legislativo era francamente contrária ao sítio, mas as forças janguistas equilibraram a situação.

O fiel da balança “estaria na dependência da esquerda radical, um grupo de cerca de trinta deputados, em princípio contrários à idéia”.²⁹ Mas o que significaria o sítio, mesmo em linhas gerais? Significaria cercear as liberdades civis em favor dos poderes do Estado — inclusive os dos ministros militares, que ficariam com a faca e o queijo na mão como guardiões da exceção. Obviamente a esquerda não poderia aceitar medidas que refletissem diretamente nos seus centros de poder — os sindicatos operários. Conforme documentou o citado jornalista do *JB*, “os deputados nacionalistas, esquerdistas e comunistas condenam ... o sítio, por entenderem que ele suprime as garantias de manifestação da classe operária e será automaticamente, ainda que isso não esteja na intenção dos seus proponentes, aplicado contra sargentos e trabalhadores, por imposição de um sistema de ordenação militar regido por leis próprias”.³⁰

Enquanto se debatia o “sítio”, soldados do exército e policiais da polícia federal empreenderam caça ao governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que desapareceu.

No Legislativo, o pedido da exceção caminhava rapidamente para o vazio. Sua derrota estava praticamente certa; Jango resolveu então retirá-lo, pensando ainda poder evitar que a iniciativa voltasse para as mãos da oposição.

Parece legítimo reconstituir o raciocínio do presidente nesses termos. Pressionado e na defensiva desde a queda do ministério Dantas-Furtado, Goulart tentava retomar a iniciativa utilizando a gafe política de Lacerda. Com isso paralisou virtualmente a ofensiva da direita, mas não a eliminou. Ela ainda tinha suficientes forças para

equilibrar as coisas no Congresso. E foi exatamente ao Congresso que Jango recorreu!

Percebido o erro, procurou aproximar-se das forças que tomaram a iniciativa do combate ao "sítio" — aquelas que não estavam paralisadas, as esquerdas. Entregando-se às forças populares, João Goulart talvez esperasse poder usufruir, por inércia, do seu empuxo, mantendo a ofensiva, mesmo que à custa de aliados incômodos. Esta hipótese parece confirmada por Carlos Castelo Branco:

"A explicação mais plausível para os espantosos episódios que ainda estão em curso é a de que estamos diante de uma frustrada tentativa de golpe de Estado. ... Frustrada ... politicamente pela resistência bem conduzida da Oposição e da atitude de luta assumida pelos agrupamentos de esquerda, que o Presidente não pôde controlar ou sequer prever em toda a sua extensão e profundidade. Ao ver obstada a execução do plano, o Presidente teria escolhido o adversário a quem se entregar, o que lhe pode dar ainda condições de recuperação, embora num esquema de radicalização a que ele próprio resistiu até aqui. O Presidente entregou-se ao CGT e às esquerdas, que lhe asseguram sustentação popular e militar para as horas de crise, longe de serem ultrapassadas".¹¹

Talvez conviesse ao colunista do conservador *Jornal do Brasil* apresentar a iniciativa antigolpe de direita como a tentativa (com T maiúsculo) de golpe de Estado. No restante, contudo, seu raciocínio parece correto. O movimento operário não era mais o mesmo: dera prova de força. Junto a ele, porém, Jango não encontrava a sediciosa hostilidade do capital monopolista industrial-financeiro, nem a ambigüidade (igualmente sediosa) dos setores agrários. Os operários cada vez mais afirmavam posições e as radicalizavam marcadamente. Mas entre eles Goulart não era um estranho. A recíproca, entretanto, não era verdadeira: o movimento operário se afastava cada vez mais daquilo que Goulart pretendia dele.

No dia 8 de outubro, apenas 20 dias antes da eclosão da greve geral em São Paulo, o sr. Juarez Távora encaminha à Câmara dos Deputados pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a caçada ao Governador Lacerda, sem autorização legal.¹² Desse momento em diante a UDN e toda a oposição direitista passariam a usar a possibilidade dessa CPI para inviabilizar o presidente. E o que fez Jango? Utilizou sua aliança recém-formada com as esquerdas? Poderia tê-lo feito, mas não o fez.

Progressivamente afastou-se das forças populares e procurou compor com o agrário-industrial PSD, no sentido de bloquear a CPI proposta por Távora.¹³ Esta foi uma opção só sua. Antes cogitava mudar o ministério, prestigiava as esquerdas, fortalecia o "Grupo Compacto" do PTB. Agora o ministério continuaria, sua aproximação era com os srs. Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek e, dentro do PTB, afastou o líder Bocaiuva Cunha, apoiado pelos "compactos". Jango voltava assim à defensiva, de onde não mais sairia.

Era esta a única opção do presidente? Sua escolha foi feita sob pressão irresistível? Parece-nos que não. Sabe-se que dia 10 de outubro, 2 dias após o pedido da CPI, portanto, ainda antes desta adquirir força política, o serviço secreto de Jango abortou um atentado contra ele, invadindo o sítio do português Alberto Pereira da Silva, em Jacarepaguá, sítio este vizinho ao seu, onde foram apreendidas armas e munições mais modernas do que aquelas utilizadas pelo exército brasileiro, à época. Os indiciados no inquérito que se seguiu, além do proprietário do sítio, eram todos ligados a Lacerda, direta ou indiretamente (o português era seu amigo), e a seu Secretário de Segurança, general Gustavo Borges.¹⁴ Parece-nos que, politicamente, a tentativa de assassinato de um presidente e sua família vale bem mais do que a caçada a um governador notória e explicitamente autodenominado conspirador. Por que Jango não explorou o caso Jacarepaguá? Por que preferiu a obstrução defensiva na Câmara? Talvez porque soubesse que avançar seria cada vez mais ligar seu destino ao do movimento operário independente, e isso o político burguês João Goulart não poderia aceitar.

Naquele mês de outubro de 63, diante da retomada de ofensiva golpista, o movimento operário não contava com ninguém mais do que ele próprio.

2. A Greve

A Proposta de Unificação

É necessário ressaltar, desde logo, que, além da conjuntura específica por que passava a sociedade brasileira, o elevado índice de inflação que já atingia os 70% naquele ano é um fator que não pode ser desconsiderado ao se levar em conta as proporções da greve. É evidente que o descontentamento dos trabalhadores atingia um elevado nível, favorecendo a mobilização e a adesão dos operários à greve e a própria unificação das categorias proposta pelas lideranças.

É nesse quadro que, em virtude da proximidade do término dos acordos salariais de várias categorias profissionais, os diretores de 79 sindicatos e 4 federações que compunham a CNTI promoveram uma assembléia intersindical, através da liderança do PAC no dia 6 de outubro no Cine S. José do Belém, para discutir as reivindicações das várias categorias. Nessa assembléia propuseram-se os sindicatos e as federações unidas e organizadas a lutar a um só tempo e por idênticas condições nas seguintes bases:

1. reajuste salarial na percentagem de 100%, a vigorar a partir de 1º de novembro de 1963, para todas as categorias incluídas na representação encaminhada à entidade patronal;

2. *revisão após cada período de quatro meses;*
3. *incidência das porcentagens sobre a remuneração vigente, em janeiro de 1963;*
4. *garantia aos trabalhadores, admitidos após a vigência do acordo da igualdade de remuneração aos de funções ou profissões idênticas, a fim de, mediante fraude, não ficar frustrado o acordo e, também, para se evitar a concorrência desleal entre uma empresa e outra similar;*
5. *adicional de 5%, sobre o quinquênio de serviço na mesma empresa;*
6. *férias em dobro;*
7. *garantia do livre exercício da atividade dos delegados sindicais nos locais de trabalho;*
8. *desconto do equivalente a um dia do salário do primeiro mês já reajustado, para ser recolhido em favor dos sindicatos. E onde estes não houver, o desconto será revertido em favor da respectiva federação, para assegurar a manutenção da assistência social."*

Visando à concretização e obtenção dessas condições, através de um acordo único que deveria ser feito com a FIESP, foi formada uma comissão (Comissão Executiva do PAC) que se encarregaria dos entendimentos de forma a facilitar os trabalhos de coordenação.

Ainda de acordo com o determinado na assembléia, a comissão executiva do PAC endereçou ao presidente da FIESP, no dia 8 de outubro, ofício comunicando as decisões dos trabalhadores e justificando a nova forma de entendimento que se pretendia. Segundo o ofício, a revisão dos acordos por meio de entendimentos fracionados de categoria por categoria tornava-os demasiadamente morosos, exacerbando ânimos, provocando choques inúteis e desperdício de tempo, quando todos esses inconvenientes poderiam ser eliminados desde que encarados com mais realismo, se fosse o problema salarial estudado em conjunto, englobadamente e nas mesmas bases por todas as categorias profissionais."

É importante notar que a resposta da FIESP, a 11 de outubro, denota claramente a intransigência dos empregadores. Afirmando que "tais problemas são passíveis de soluções através de apreciação dos mesmos pelos respectivos sindicatos das várias categorias econômicas", a FIESP fecha qualquer possibilidade de entendimento conjunto.

Diante da irredutibilidade dos patrões, a comissão executiva do PAC expede, dois dias depois, um manifesto às autoridades constituídas, aos trabalhadores e ao povo, responsabilizando a FIESP pelo

futuro desenrolar dos acontecimentos e reafirmando a posição tirada na assembléia de 6 de outubro de negociação englobada, conforme se pode observar no documento:

“A resposta patronal se constitui numa tentativa de nos dividir tendo por objetivo fracionar os entendimentos e voltar às velhas e clássicas formas de negociações. Seria um sem-fim de tumultuação, disparidades para empregados e patrões. Por isso, com a delegação de poderes das respectivas assembléias lutaremos pela negociação conjunta, não aceitando a divisão, responsabilizando a Federação das Indústrias pelo que possa suceder devido à sua intransigência.

Não aceitamos a alegação da Federação das Indústrias, que tem como bandeira a Paz Social, que sempre se pronuncia em nome de seus filiados, sobre todos os problemas, e, no momento em que propomos negociações conjuntas, alega que não é da sua alçada, preferindo dividir e acirrar ânimos, tumultuando com essa sua intransigência a vida econômica, social e política do Estado.

Demonstrando nosso propósito de concordar e que a melhor forma para solucionar a questão relativa às reivindicações apresentadas é a negociação englobada, não aceitamos a divisão e prosseguiremos lutando para encontrar a solução conjunta”.”

Ao mesmo tempo as federações e sindicatos interessados conferiam à CNTI poderes especiais para representá-los nos entendimentos, podendo, para esse fim, requerer convocações na instância administrativa perante a DRT e até, se necessário, fazer notificações para instauração de dissídios.

Em vista disso, o presidente da CNTI, Clodsmith Riani, subscreve no dia 17 de outubro um requerimento ao presidente da FIESP para convocar a direção da Federação das Indústrias, bem como todos os sindicatos patronais, para terem um entendimento com a CNTI em nome das federações e sindicatos por ela representados, no dia 21, visando à concretização de um entendimento conjunto e global, em condições de propiciar um acordo uniforme em suas bases essenciais, para todas as categorias, com respeito às vantagens secundárias já conquistadas e com a inclusão das que estavam, no momento, sendo pleiteadas.

O requerimento criticava ainda a atuação da FIESP, na medida em que, além de haver se recusado a fazer acordo conjunto, remetendo os interessados para entendimentos com as várias categorias profissionais, os diversos sindicatos patronais haviam passado a convocar apressadamente sindicatos profissionais, “revelando uma orientação uniforme e em tudo semelhante, obedecendo-se, por conseguinte, a um só centro diretor, no sentido de, quanto antes, passarem a discutir as condições de novo acordo em bases certas e previamente já assentadas, e, no caso de recusa, formarem-se, com

tais medidas apressadas, tantos dissídios coletivos de trabalho quantas sejam as categorias interessadas”.

Cabe notar que embora as reivindicações salariais se constituíssem no elemento fundamental do conjunto das reivindicações dos trabalhadores, a questão da negociação conjunta transforma-se no ponto central do movimento. Do ponto de vista da liderança sindical, a negociação conjunta significava o ponto mais importante do movimento na medida em que, se vitoriosa, se constituiria numa transformação *de fato* da legislação trabalhista e sindical, permitindo o estabelecimento de relações diretas entre a CNTI e a federação representativa dos empregadores. É nesse sentido que a greve, embora de caráter econômico, adquire profundo significado político. É importante assinalar também que a unificação dos acordos, além de permitir um maior poder de pressão do operariado sobre o patronato, significava um benefício para as categorias mais fracas, uma vez que poderia nivelar pelo alto o aumento das categorias envolvidas.

Por outro lado, a posição dos industriais frente ao problema é de não aceitar de forma nenhuma a negociação conjunta. Alegando a ilegalidade do procedimento pretendido pelos trabalhadores, os empregadores se apegaram firmemente ao direito que lhes assiste a legislação de promover acordos de sindicato para sindicato. A posição assumida pelos empregadores fundamentava-se também na não-coincidência das datas dos vencimentos dos acordos e nas peculiaridades das condições econômicas e de trabalho das várias categorias industriais.

Em pronunciamento na Delegacia Regional do Trabalho, a 21 de outubro de 1963, o presidente da FIESP, Raphael Noschese, justifica o não-atendimento da proposta de encaminhamento dos trabalhadores, alegando que “não recebeu a FIESP, nem é sua função, poderes de representação dos sindicatos de categorias econômicas para comparecer a tais reuniões (convocações de mesas-redondas). Para isso, e especificamente para esse fim, nos termos da lei, é que foram constituídos os sindicatos. Atente-se ainda a diferenças especiais de cada categoria econômica e profissional, particularmente à própria data da vigência do acordo”.

A 24 de outubro os empregadores das indústrias metalúrgicas reafirmam sua posição. Em comunicado dirigido ao povo e aos trabalhadores de São Paulo os Sindicatos de Empregadores do 14º Grupo das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico alegam que não poderiam aceitar o procedimento pretendido pelos trabalhadores pelos seguintes motivos:

1. Este procedimento é ilegal. As federações não podem estabelecer acordos salariais que são, pela lei, de exclusiva competência dos sindicatos representativos das diversas categorias;

2. *As datas de vencimento dos acordos não coincidem. Algumas vencem agora, outras em dezembro e até em abril. A maioria das categorias tem, portanto, acordo em plena vigência;*

3. *As condições econômicas e de trabalho são muito diferentes entre uma e outras categorias industriais e as peculiaridades de cada grupo tornam impraticável pensar nos mesmos termos de acordo para todas elas.*"

Por outro lado, os pronunciamentos e manifestos, tanto dos empregadores quanto de jornais que representavam seus pontos de vista, procuram demonstrar também que não havia conflito entre a totalidade do operariado e patronato, mas que o conflito se restringia apenas a uma pequena parcela representada pelos dirigentes sindicais e o patronato. Alegava-se nesses manifestos que os dirigentes sindicais agiam ora em função de seus interesses político-eleitorais, ora em função de sua ideologia subversiva.

No mesmo manifesto citado acima os empregadores assim se pronunciam com relação aos dirigentes sindicais:

"A intromissão de elementos da CNTI nos processos de reajustamentos salariais foi feita no sentido único de perturbar os entendimentos, impedindo o prosseguimento das conversações. O acordo salarial da categoria metalúrgica termina a 3 de novembro, e, por mais estranho que pareça, até o presente momento não foi dirigido nenhum pedido direto de reivindicação aos sindicatos de empregadores.

Achamos lamentável a atitude dos senhores dirigentes do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos, que abandonam seu dever e seu direito de defender os legítimos interesses de seus associados, e que para tanto foram eleitos, e entregá-los aos senhores da CNTI cujos interesses diretos são antes de tudo político-eleitorais"."

Mas as acusações recrudesecem principalmente depois de deflagrada a greve. Em editorial denominado "Os Comunistas, através do CGT e do PAC, lideram o dissídio", diz o *Estado de São Paulo* de 29 de outubro:

"É o processo comunista que entrou a agir no seio dos trabalhadores para levá-los a dar a um problema de rotina as proporções de uma greve geral de caráter indiscutivelmente político... O que mostra à evidência estarmos diante de uma conspiração comunista é a exigência desses falsos dirigentes sindicais de um acordo simultâneo de todas as categorias a ser celebrado entre a FIESP e a CNTI... A atitude do proletariado paulista sempre se tem manifestado contrária às descabidas exigências a que assistimos. Nenhuma outra classe desse Estado se tem mostrado mais compreensiva e mais integrada no espírito da democracia propriamente dita... Pedir um au-

*mento salarial de 100%, quando a perda do poder aquisitivo da moeda nacional foi apenas 70%, é assumir uma posição revolucionária que de modo nenhum corresponde ao comportamento extremamente ponderado da classe... Não assiste São Paulo a uma manifestação da vontade coletiva de seus homens de trabalho. O que aí está é o prenúncio de uma ação de muito maior envergadura".*⁴³

No mesmo sentido vai a declaração do presidente da FIESP, no dia seguinte, a qual, após salientar a boa vontade dos empregadores no sentido de resolver o problema dos reajustes, considera que "interesses espúrios influenciaram no sentido de que alguns setores fossem levados à greve, a qual, todavia... mereceu a repulsa da grande maioria dos trabalhadores paulistas". Declara ainda o presidente que

*"a atitude de firmeza de nossa classe foi, efetivamente, um fator que contribuiu para desarticular o movimento de perturbação engendrado por elementos radicais fora do nosso Estado e que para aqui se transportaram a fim de criar condições de perturbações e alteração no trabalho paulista... Felizmente, não lograram desta feita atingir os objetivos que tinham em vista. Para isso foi um fator decisivo a atitude da maioria do operariado paulista, esclarecido e consciente sobre os intuitos inconfessáveis de um movimento dessa natureza, o qual não se harmonizava com os verdadeiros interesses dos trabalhadores paulistas".*⁴⁴

O que se pode observar, em resumo, é que através das mais variadas justificativas os empresários procuravam se escorar para inviabilizar a proposta de acordo conjunto, ao mesmo tempo que este se tornava o ponto mais importante do movimento dos trabalhadores.

O Desenrolar dos Acontecimentos

A questão da negociação conjunta transformou-se num impasse no dia 21 de outubro, quando a FIESP respondeu à convocação da CNTI, para entendimentos na DRT, recusando-se novamente ao acordo conjunto. No ofício encaminhado à DRT, a FIESP volta a ressaltar a ilegalidade da proposta dos trabalhadores e a disposição dos industriais a uma solução conciliatória de sindicato a sindicato.

Diante do impasse criado e da possibilidade de greve, cuja deflagração na Assembléia Intersindical a se realizar no dia 27 era cogitada, o delegado do trabalho, Leo Munari, determinou à sua assessoria jurídica que opinasse acerca da legalidade do litisconsórcio cogitado pela CNTI, aguardando o parecer da Assessoria Jurídica acerca da

possibilidade de se englobar em um único processo todos os entendimentos pertinentes à renovação dos acordos salariais entre as categorias econômicas e as categorias de trabalhadores, para designar a nova data para o prosseguimento da audiência da FIESP e entidades filiadas, de um lado, e da CNTI e entidades filiadas, de outro.

Apesar do parecer da assessoria jurídica ter sido favorável à CNTI e das tentativas de solução encaminhadas pelo próprio Ministro do Trabalho, que vem a São Paulo nas últimas horas do dia 24 a fim de examinar a situação e de entrar em contato com dirigentes das classes patronais e de trabalhadores, a situação permanece estagnada.

Diante da impossibilidade de entendimentos, os trabalhadores resolvem, na Assembléia Intersindical do dia 27, no Cine S. José do Belém, decretar a greve por tempo indeterminado, que deveria abranger 700.000 trabalhadores de 14 categorias profissionais e iniciar-se a zero hora do dia 29. A decisão da Assembléia Intersindical abria ainda possibilidade para uma composição amigável. Os líderes sindicais estiveram na noite do dia 27 na Delegacia Regional do Trabalho, onde entregaram mensagem ao Ministro do Trabalho e ao delegado daquela repartição, comunicando a decisão da assembléia e solicitando mesa-redonda com a diretoria da FIESP, numa última tentativa para solucionar a questão.

Todavia, a resposta da FIESP no dia 26, encaminhando cópia do ofício dirigido à DRT no dia 21, no qual se declarava contrária ao acordo conjunto e afirmando que "versando idêntica convocação, forma o nosso ponto de vista"⁴⁵, fechava qualquer possibilidade de entendimento antes que a greve se iniciasse.

É assim que a greve se inicia no dia 29, ao mesmo tempo que o processo formado pela CNTI é encaminhado pela DRT ao Tribunal Regional do Trabalho.

Já no primeiro dia a greve paralisa grande parte das atividades industriais de São Paulo, atingindo também várias cidades do interior. Em Santos é total a greve do pessoal dos moinhos, das empresas gráficas, das casas de obras, das tinturarias, de conservação dos elevadores e dos gráficos do jornal *O Diário*. Em Campinas a greve atinge as indústrias Matarazzo, Cotonifício Campinas, a Swift e a Companhia Leco, além dos padeiros. Em Jundiaí param completamente três setores: fiação e tecelagem, produtos químicos e gráficos. No ABC a greve se estende à Metalúrgica São José em Santo André e à Metalúrgica São Francisco e à Mineração Geral do Brasil, em São Bernardo do Campo. Em Piracicaba a greve é total na fábrica de tecidos da Companhia Boyes. Em São José dos Campos entram em greve os tecelões e o pessoal da Cooperativa de Laticínios e em Americana a greve atinge também os tecelões. Foram ainda afetados pela greve os municípios de Ribeirão Preto, Taubaté, Tatuí e Guarulhos. Em termos de categorias, os setores mais atingidos foram: metalúrgicos, químicos, gráficos, calçados, couro e curtumes, laticínios e têxteis.



1940

Foi acionado um poderoso dispositivo policial pelas autoridades estaduais (cerca de 11.200 homens da Força Pública, da Guarda Civil e Investigadores), que já no primeiro dia da greve havia efetuado cerca de 600 prisões e dissolvido piquetes a golpes de cassetetes, provocando ferimentos em vários operários.

Em reuniões na FIESP, os industriais decidem na noite desse primeiro dia da greve não mais entrar em entendimentos em conjunto com o Ministro do Trabalho, mas apenas de categoria por categoria.

Entretanto, no dia seguinte o Tribunal Regional do Trabalho adia as audiências marcadas para conciliar dissídios coletivos dos trabalhadores em greve, suscitados pelos industriais, a fim de que aquela corte apreciase antes o processo encaminhado pelo DRT, decorrente da petição da CNTI. O processo fora já apreciado pela Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, que dera parecer favorável à unificação das datas-base, considerando que "admitindo a unificação colaboramos contra a anarquia e em favor de mais ordem na vida econômica e social". "Ao mesmo tempo, o Ministro do Trabalho considera legal o movimento em São Paulo, declarando que a greve "é legítima como já a classificou o presidente João Goulart".

É nesse quadro que o movimento recrudescer em seu segundo dia, ocorrendo inclusive uma série de incidentes entre grevistas e a polícia, dentre os quais um conflito em frente à Fiação e Tecelagem Lutfalla, na Estrada de São Miguel, que acabou com tiros de revólver e com o ferimento de dois operários, e outro no Brás, onde foram detidas 50 pessoas e vários operários e policiais saíram feridos.

A atitude dos industriais e do governo do Estado frente ao recrudescimento do movimento foi de tentar transmitir uma imagem de que a greve estava malogrando e de imputar os incidentes a agitadores, afirmando que os operários não estavam aderindo à greve, e onde ela ainda se mantinha era apenas por ação de piquetes e de agitadores que visavam a perturbar a ordem. De acordo com declarações feitas nesse dia, na FIESP, pelo presidente da entidade, a greve malograra inteiramente, pois "com uma ou outra exceção, as fábricas da Capital estavam trabalhando normalmente". "No mesmo sentido vai a declaração, transmitida por uma cadeia de emissoras de televisão, na qual o governador afirma que "o malogro da greve deflagrada transformou-se numa vitória da democracia e da disciplina do povo paulista" e que "os incidentes registrados em São Paulo foram provocados por um grupo já reduzido, que não se conforma com essa vitória que veio reafirmar o prestígio de nossas instituições".

Chegada a greve a seu 3º dia, o TRT divulga a decisão de que, por 4 votos a 3, se manifestava contra a pretensão da CNTI de que fossem discutidas em bloco as revisões dos acordos salariais. Todavia, a greve continua, contando inclusive com a adesão de outros setores, como é o caso dos ferroviários da Santos-Jundiaí que haviam

decidido na noite anterior declarar greve de advertência em solidariedade aos trabalhadores da indústria.

Segundo comunicado do Comando Geral da Greve, até aquele momento, era o seguinte o quadro geral da greve em São Paulo:

têxteis: paralisação de 60%;

sapateiros: a paralisação atingiu 90% da categoria;

alimentação: englobando todos os setores da alimentação, a paralisação é de 80%;

químicos: paralisação de 90%;

papel e papelão: com a paralisação das 3 últimas fábricas que continuavam o trabalho (Simão, Alfepe e Paulista), a greve neste setor é total;

gráficos: 80% dos trabalhadores;

metalúrgicos: neste setor a paralisação é de 90%."

No interior, a situação, segundo *O Estado de São Paulo*, permanecia mais ou menos a mesma dos primeiros dias da greve, concentrando-se nos municípios de Santos, Santo André, Campinas, Taubaté, S. José dos Campos, Guaratinguetá, Piracicaba, São Roque, Guarulhos e Jundiaí. A greve recrudescera em Santo André com a adesão de alguns setores da Refinaria Capuava e em Campinas com a adesão dos padeiros e de trabalhadores da Cia. Rhodia Brasileira.

A greve continuava ainda no dia 1º de novembro, registrando inclusive novos incidentes como a repressão, a golpes de cassetetes, jatos d'água e bombas de efeito moral, de uma concentração formada por centenas de operários defronte ao Sindicato dos Gráficos e a dispersão de manifestantes no Parque D. Pedro.

Contudo, na noite desse mesmo dia, empregados e empregadores reúnem-se para firmarem acordo visando à cessação da greve. É importante ressaltar que o acordo foi feito com a comissão da greve, tendo sido fechado a partir das seguintes condições: aumento de 80% com mínimo de Cr\$ 21.000,00 e 25% de antecipação salarial a partir do 7º mês de vigência de acordo, para todas as categorias, além da libertação dos grevistas presos durante o movimento.

A partir do entendimento com os industriais, a comissão de greve propôs-se a levar a proposta aos trabalhadores em Assembléia Inter-sindical que seria realizada no domingo, 3 de novembro, no Sindicato dos Gráficos. É assim que mais de 1.000 grevistas presos são liberados no mesmo dia e na Assembléia do dia 3 os trabalhadores votam a favor da suspensão da greve, decidindo também continuar em assembléia permanente até que fossem firmados todos os acordos.

Considerações sobre os Resultados da Greve

Conforme já salientamos, a greve dos 700.000, embora de caráter econômico, adquire características de uma greve política, a partir da proposta de unificação que significava uma mudança na legislação sindical vigente no país desde o Estado Novo. Nesse sentido, parece-nos que o aspecto central a ser analisado no movimento consiste na forma como essa proposta era entendida tanto pela liderança como pela base operária.

Em primeiro lugar, é necessário considerar que a proposta de unificação parte da liderança sindical e é levada à massa operária num momento bastante propício à mobilização, não só devido à proximidade do vencimento dos acordos da maior parte das categorias envolvidas no movimento, como também pelo alto índice de inflação que vinha corroendo os salários.

Sem dúvida, esses fatores devem ter sido de grande importância não só para a adesão dos operários à greve, como até para uma pressão da base sobre a liderança para que fossem encaminhadas propostas de luta para a solução de seus problemas salariais. Vale notar, quanto a isso, que, segundo declaração de Luiz Tenório de Lima, um dos dirigentes do PAC, na noite do dia anterior à greve operários de diversas indústrias dos setores de alimentação e mobiliário já haviam paralisado suas atividades.⁵¹ Cabe ressaltar também que nos setores mais combativos, como no caso dos metalúrgicos, a greve contou com a adesão quase que total dos operários, não sendo nem mesmo necessário o recurso dos piquetes na maior parte das indústrias metalúrgicas.⁵² Nesse sentido, parece-nos que o que mobilizou a base operária foram muito mais suas reivindicações imediatas do que a perspectiva de unificação.

Por outro lado, a proposta de unificação representava para a liderança o ponto central do movimento, na medida em que, se concretizada, significaria um profundo avanço do movimento sindical a nível de organização. No entanto, é necessário assinalar que aos olhos dos dirigentes sindicais a questão da organização era compreendida sempre dentro dos limites do sindicato, o que acabava por tornar difícil a viabilização da proposta. *A própria organização da greve demonstra que os líderes sindicais não possuíam proposta de organização da base, para viabilizar a tentativa de unificação, que transcendesse a organização sindical.*

Segundo entrevistas efetuadas com vários operários que participaram da greve, o movimento, bastante preparado anteriormente, foi organizado pelos sindicatos, através dos delegados sindicais que faziam a intermediação entre os operários e os sindicatos. Na medida em que os operários eram "preparados" para a greve, eram encaminhados ao sindicato e às discussões que lá se realizavam, não surgindo tentativas de organização da base a nível das empresas.

A nosso ver encontra-se justamente aí a causa da não-viabilização da proposta de unificação, que, a nível organizacional, se constitua no ponto mais importante do movimento.

Ressalte-se, entretanto, que o movimento, embora não possa ser considerado como vitorioso — na medida em que o seu maior ganho político, que seria a unificação dos acordos, não se concretizou — também não foi uma derrota.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, em termos salariais, os 80% de aumento conseguidos por todas as categorias estavam 10 ou 20% acima do quantum desejado pelos patrões na maior parte das categorias.

Por outro lado — e esse é o ponto fundamental —, embora as negociações tenham sido feitas de sindicato para sindicato, a greve só terminou depois de acordo efetuado entre os patrões e uma comissão da greve, formada de 25 operários de várias categorias** e que fez um acordo extensivo, nos seus pontos principais, a *todas* as categorias, o que significou que os industriais tiveram que aceitar na prática uma negociação conjunta. Nesse sentido, se não se conseguiu formalizar a negociação conjunta e a unificação das datas-base dos acordos, a pressão da greve foi suficiente para que o patronato se visse obrigado a sentar na mesa para discutir com representantes de várias categorias, estabelecendo de antemão as condições em que seriam feitos posteriormente os acordos de sindicato para sindicato, o que implicou no reconhecimento *de fato* da organização dos trabalhadores, ao menos naquele momento.

Todavia, essas vitórias não podem ser consideradas senão como parciais, na medida em que o objetivo maior do movimento não pôde se refletir em ganhos organizacionais mais efetivos, o que coloca a necessidade de se pensar melhor a questão das formas de organização que garantam a unidade política da classe operária.

3. Unidade de Classe e Luta Política — Notas Teóricas

A questão da unidade da classe operária deve ser pensada de forma distinta daquela que é usualmente utilizada pelo discurso liberal, na qual a classe é entendida como conjunto de indivíduos possuidores de determinadas qualidades que formam sua identidade social.

Se estamos em presença de indivíduos, a questão da unidade fica reduzida àquela que pode ser observada em identidades iguais. Uma concepção que abstrai as relações entre os indivíduos como determinantes dos mesmos só pode perceber semelhanças empíricas, aparentes. Semelhanças que ressaltam da divisão social do trabalho, seus antecedentes e conseqüentes. Tomam-se, portanto, os indivíduos segundo seu ofício, seu salário, sua qualificação etc. e pensa-se a unidade apenas entre indivíduos de mesmo ofício, mesmo nível sa-

larial, mesma qualificação, mesma escolaridade, entre outros elementos. Não é necessário mostrar que estamos perante o mais puro fracionamento, fracionamento que não é uma "constatação objetiva", mas algo produzido pelo interesse do capital. Como tal, essas concepções nada têm a ver com os interesses dos trabalhadores.

Nós consideramos as classes como o produto histórico do desenvolvimento dos modos de produção. Cada classe se constitui, se reproduz e se transforma segundo os caminhos seguidos pelo desenvolvimento histórico dos modos de produção. É evidente, a partir do que já dissemos, que estamos prevenidos contra as interpretações economicistas e mecanicistas. Para nós, a dinâmica do desenvolvimento histórico dos modos de produção passa pela luta de classes, o que desfaz qualquer pretensão de uma leitura evolucionista ou positivista. Pensamos os modos de produção como *totalidades dialéticas*, constituídas, reproduzidas e transformadas, a seu tempo, pela luta das classes. Seu desenvolvimento passa, por isso mesmo, pela política, o que equivale a dizer que passa pela dominação de classe e pela resistência a ela posta, resistência essa que aponta, quando ultrapassa a si mesma, para a destruição do modo de produção vigente.

No modo de produção capitalista, a constituição das classes tende a seguir a lógica da reprodução ampliada do capital. Dizemos que tende a essa direção porque a dinâmica do modo de produção capitalista depende não apenas da lógica da acumulação do capital — como apregoam os economicistas — mas também do grau e da qualidade da resistência que os trabalhadores possam opor a ela. Em outras palavras, a dinâmica do capitalismo depende da correlação de forças entre capital e trabalho, contradição que organiza todas as instâncias desse modo de produção, inclusive a estrutura das classes.

Quando prevalece a lógica da reprodução ampliada do capital, isto é, quando prevalece o ponto de vista do capitalista, a classe operária não passa de força de trabalho de cujo labor aquele extrairá a mais-valia. Reproduzi-la significa reproduzir o *fator trabalho*, da forma própria para a extração desse excedente. Significa, portanto, reproduzi-la segundo suas conveniências, isto é, não como uma classe unitária, mas enquanto *trabalhadores divididos por ofício, por níveis salariais, por graus de qualificação* etc.

Para o capital trata-se, enfim, de produzir uma mercadoria que possa ser transacionada com lucro. Para isso é preciso que os operários estejam conformados em sua feição de *vendedores individuais de sua força de trabalho*, mercadoria esta que se valoriza na proporção direta do excedente que dela pode extrair o capital. É exatamente a partir daí que se aprofunda e hierarquiza a divisão social do trabalho sob o capitalismo.

Nos momentos de crise do modo de produção capitalista aparece mais claramente aquilo que a prática econômica, política e ideológica do capitalista teima em obscurecer: o processo objetivo que,

ao socializar crescentemente a produção, une também objetivamente todos os operários, independentemente do seu ofício, seu salário, seu grau de qualificação etc. Unidos nesse processo como produtores diretos assalariados, submetidos, portanto, à mesma exploração, os trabalhadores resistem ao capital impondo limites a essa exploração, estabelecendo pisos salariais, exigindo melhores condições de trabalho, saúde e vida etc. Organizam-se para reivindicar seus direitos enquanto *proprietários de sua força de trabalho* e conquistam espaços à legalidade burguesa. Em termos dessa luta, contudo, os trabalhadores não avançam além da lógica do capital, capaz de absorver até certo ponto essas demandas. De fato, na sua luta de resistência econômica os operários atuam exatamente como o capital os vê, isto é, como proprietários diferenciados de força de trabalho, lutando pela valorização de sua mercadoria, competindo entre si, fracionando-se.

Por essa razão, essa fase da luta operária fica demasiadamente na dependência das oscilações cíclicas do capitalismo. Os trabalhadores, nessa fase, permanecem divididos, individualizados e fracos. Sua resistência deve-se nesse momento mais às fraquezas da dominação do capital do que à sua própria *força orgânica*. São impelidos à resistência mais por fatores alheios à sua prática e menos por uma vontade coletiva, por um impulso subjetivo objetivado no ato de opor-se conscientemente à exploração.

Torna-se necessário, assim, pensar a unidade da classe operária como forma de criar as condições subjetivas de sua ação, como condição de uma nova prática capaz de reproduzir a classe em bases distintas daquelas que servem ao capital. Essa nova prática aponta para a tomada do poder, para o socialismo.

A necessidade da recolocação da prática operária em novas bases foi percebida por Lênin e Gramsci. Lênin desenvolve progressivamente, a partir do fracasso da Revolução de 1905, uma revisão dos conceitos emitidos no *Que Fazer?*, revisão essa que vai no sentido da valorização do movimento de massas lastreado em organismos de base que, face ao contexto russo, transcendiam o sindicato trade-unionista, desaguando nos soviets. Essa revisão culmina nos princípios defendidos em *O Estado e a Revolução*, do ponto de vista teórico, e nas práticas de autogestão industrial da Rússia pós-revolucionária.

A filiação leninista, explicitamente aceita por Gramsci, levou-o a aprofundar teórica e praticamente os princípios da nova organização operária. Sintetizando teoricamente a experiência turinense dos *conselhos de fábrica* que ajudara a construir, Gramsci reconhece os limites do sindicato tradicional, assim como a necessidade da recolocação do movimento operário em novas bases. A principal limitação reside na forma como o sindicato organiza os trabalhadores:

“O sindicalismo organiza os operários não como produtores, mas como assalariados, quer dizer, como criaturas do regime capitalista, da propriedade privada, como vendedores da mercadoria chamada trabalho”. ⁵⁴

O sindicato, portanto, está limitado pela própria natureza da luta que o reclama:

“Objetivamente, o sindicato é a forma que a mercadoria trabalho adota e que somente pode adotar no regime de produção capitalista organizado para dominar o mercado”. ⁵⁵

Trata-se, assim, de uma luta para dominar o mercado que, ao contrário de negar o capitalismo, o reforça:

“O Sindicato de ofício ou de indústria, unindo este operário com seus companheiros de ofício ou de indústria, com aqueles que usam no trabalho o mesmo instrumento que ele, ou que transformam a mesma matéria que ele transforma, contribui para consolidar a mentalidade à qual nos referimos anteriormente, contribui para distanciar cada vez mais esse operário de autoconsiderar-se como produtor e acreditar-se ‘mercadoria’ de um mercado nacional e internacional que estabelece, dentro do jogo da concorrência, seu próprio preço, seu próprio valor”. ⁵⁶

O sindicato, enquanto submetido à órbita do capital, aprofunda em sua luta a divisão social do trabalho burguesa, aprofundando, portanto, a dominação da burguesia. Mas não faz isso apenas a nível global da sociedade, mas também dentro de si próprio. Esse, aliás, será outro de seus limites:

“Os operários compreendem que o complexo de ‘suas’ organizações se converteu num aparato tão enorme que acabou por obedecer a leis próprias inerentes à sua estrutura e ao seu complicado funcionamento, porém estranhas à massa que adquiriu consciência de sua missão histórica de classe revolucionária”. ⁵⁷

A burocratização do sindicato não é, propriamente, uma deformação da estrutura sindical. É o preço pago por esta forma de organização à tarefa que realiza dentro da legalidade capitalista. Gramsci reconhece isso:

“O incremento quantitativo determina um empobrecimento qualitativo e uma acomodação fácil às formas sociais capitalistas, assim como também determina a aparição de uma mentalidade sórdida, estreita, de pequena e média burguesia. Contudo, a tarefa elementar do sindicato é recrutar ‘toda’ a massa, absorver em seus quadros todos os trabalhadores da indústria e da agricultura”. ⁵⁸

As contradições da organização sindical se explicam pelo fato de que os "sindicatos de ofício, as Câmaras de Trabalho, federações industriais, a confederação geral do trabalho, constituem o tipo de *organização proletária* específica do período da história *dominada pelo capital*".⁴⁰ Por isso mesmo, o movimento operário não pode repousar sobre ele. "A natureza essencial do sindicato é competitiva. ... O sindicato não pode, pois, ser um instrumento de renovação radical da sociedade".⁴¹

Pode-se perguntar a partir daí: Então, deve o sindicato ser abandonado em favor de outras formas de organização? A resposta é absolutamente não! O sindicato cumpre significativa função dentro da vigência da dominação burguesa, função que Gramsci resume em dois pontos:

"1) o sindicato ... incorpora à disciplina de sua forma um número cada vez maior de efetivos operários; 2) o sindicato concentra e generaliza sua forma até pôr nas mãos de um escritório central o poder da disciplina e do movimento, quer dizer, se afasta das massas que arregimentou, se livra do jugo dos caprichos e veleidades próprias às grandes massas tumultuosas. Assim, o sindicato torna-se capaz de estabelecer pactos e contrair compromissos; assim, obriga ao empresário a aceitar uma legalidade em suas relações com os operários; legalidade condicionada ... pela confiança que o empresário tem na capacidade do sindicato em obter da parte das massas operárias o respeito aos compromissos contraídos".⁴²

A conquista da legalidade industrial foi um grande passo da classe operária, "porém esta não é a última e definitiva conquista".⁴³ Para essa legalidade o sindicato é extremamente útil; além dela ele perde sua força. Trata-se, pois, de manter o sindicato nos seus limites reformistas, isso *enquanto durar a legalidade industrial capitalista*, reformismo esse que dará melhor resultado do que tentar atribuir ao sindicato um papel revolucionário. Gramsci adverte que tentar levar o sindicato para além do que ele pode dar *muda o seu caráter* e provoca o *isolamento* das lideranças:

"Os sindicalistas pseudo-revolucionários ... se vêem obrigados amiúde a discutir a conveniência de transformar o sindicato em terreno fechado, integrado unicamente pelos 'revolucionários' ..., os quais acabam por renegar o princípio elementar do sindicalismo: a organização de toda massa".⁴⁴

Fica evidente, portanto, a necessidade de buscar-se uma nova forma de organização que se subtraia à lógica do capital e produza uma nova classe operária, liberta objetiva e subjetivamente da dominação de classe burguesa. Esta proposta se baseia no *Conselho de Fábrica*.

A construção de uma classe operária nova, unificada e consciente, pressupõe a oposição ao capital não apenas no sentido mais geral — oposição político-ideológica, resistência econômica pela via sindical — mas, também e principalmente, ao nível da produção, ao nível da fábrica, onde a organização do processo de trabalho reflete diretamente a hegemonia burguesa e a lógica da acumulação do capital e serve de base a toda divisão social do trabalho capitalista. Gramsci tem absoluta clareza de que é nesse terreno que se desenvolve o processo de subtração da classe operária da dominação do capital e construção de um poder operário:

“Durante o predomínio econômico e político da classe burguesa, o desenvolvimento real do processo revolucionário se verifica de maneira subterrânea, na obscuridade da fábrica...”“

Exatamente por isso, o movimento operário concebido em novas bases deve iniciar-se a partir da fábrica.

“O partido político e o sindicato profissional nasceram no campo da liberdade política, no campo da democracia burguesa, como afirmação e desenvolvimento da liberdade e da democracia em geral, num terreno em que subsistem as relações de cidadão a cidadão. O processo revolucionário se verifica no campo da produção, na produção, na fábrica, cujas relações são de opressor a oprimido, de explorador a explorado, onde não existe liberdade para o operário, nem tampouco democracia”.“

A construção da democracia real, ao nível social global, passa portanto, necessariamente, pela construção da democracia ao nível da produção, na fábrica, ao nível dos próprios processos de trabalho. Democracia a esse nível significa trazer para as mãos dos operários o controle das decisões que se referem à produção, seus planos, suas hierarquias. Pressupõe desta forma a recuperação pelo *“trabalhador coletivo”* do controle do processo produtivo perdido pelo produtor direto desde o momento em que o trabalho se tornou mercadoria, submetido ao capital.

Ao submeter o trabalhador à sua divisão do trabalho, o capitalista, por um lado, cria as condições para a libertação do trabalho, ao separar totalmente e de forma absoluta trabalho manual e trabalho intelectual. O trabalhador automatizado deixa de ser individualmente escravo do produto, ficando estabelecida a primeira condição para a libertação do trabalho: a libertação intelectual do trabalhador individual em relação ao processo de trabalho. O capitalista, contudo, mantém com ele, de início na fábrica, depois fora dela, o sentido empresarial, produtor de hierarquias e, enquanto proprietário privado, dispõe da produção e do produto. A retomada deste poder decisório-empresarial pelos trabalhadores significa trazer de novo

esse poder para a fábrica, agora para as mãos do “trabalhador coletivo” e não mais para cada produtor individual. A organização do “trabalhador coletivo” é o conselho de fábrica.

Na sua ação, “o conselho realiza a unidade da classe trabalhadora, dá às massas uma coesão e uma forma da mesma natureza que a coesão e a forma que a massa adota na organização da sociedade”. “Isso exatamente porque “no Conselho estão representados todos os ramos do trabalho, proporcionalmente à contribuição que todo ofício e todo ramo do trabalho presta à elaboração do objeto que a fábrica produz para a coletividade. ... Sua razão de ser radica no trabalho, na produção industrial, quer dizer, em um fato permanente e não apenas no salário, na divisão das classes, ou seja, num fato transitório e que se quer precisamente superar”.”

Por essa razão Gramsci afirma que:

“O Conselho é o órgão mais idôneo de educação recíproca e de desenvolvimento do novo espírito social que o proletariado conseguiu extrair da experiência, viva e fecunda, da comunidade de trabalho”.”

Por conseguinte, o conselho transforma a classe operária, a produz em novas bases:

“A existência do conselho confere aos operários a responsabilidade direta da produção, leva-os a melhorar seu trabalho, instaura uma disciplina consciente e voluntária, cria a psicologia do produtor, do criador da história”.”

Enfim, “a organização por fábricas estrutura a classe (toda classe) numa unidade homogênea e coesa que se adapta plasticamente ao processo industrial de produção e o domina até penetrar-se definitivamente do mesmo”.”

A existência dos conselhos de fábrica não se opõe ao sindicato, antes o redefine e complementa. De organização destinada à defesa da mercadoria trabalho, o sindicato passa a integrador de toda a produção a nível nacional. Porém o deslocamento da atuação sindical do âmbito do salário e da divisão das classes — que se quer superar — para o âmbito da produção — que é permanente —, só pode acontecer se a classe operária, homogeneizada, unificada e organizada nos conselhos, já tiver vencido a batalha da produção, exercendo sobre a mesma seu controle, democratizando-a. O sindicato não pode fazer isso: seria pedir algo que vai além de sua estrutura, pois enquanto “o sindicato está baseado no indivíduo, o conselho se baseia, em troca, sobre a unidade orgânica e consciente do ofício, que se atualiza na organização do processo industrial”.

“A existência de uma organização na qual se acha enquadrada a classe trabalhadora em sua homogeneidade de classe produtora, que faz possível um florescimento espontâneo e livre de hierarquias e de individualidades dignas e capazes, terá repercussões consideráveis e fundamentais na constituição e no espírito que anima a atividade sindical”.¹²

Tudo isso põe a questão entre conselhos e sindicatos no seu devido lugar e redefine os termos da unidade operária: Elas devem estar voltadas para a tomada do poder — enquanto interesse histórico da classe operária — e devem desenvolver-se de acordo com o ritmo do próprio movimento operário e suas relações de força no interior da sociedade capitalista. Gramsci afirma, com justeza, que as “relações que devem existir entre o sindicato e o Conselho de fábrica têm que ser considerados desde o ponto de vista do juízo que se faz sobre a natureza e o valor da legalidade industrial”.¹³ A legalidade industrial expressa a dominação burguesa, inclusive a nível da fábrica; por isso é contraditória com a existência dos conselhos — base do poder proletário. Estes últimos tenderão por isso a negar essa legalidade e afirmar o poder operário; o sindicato, por contrapartida, tende a reforçá-la, a perpetuá-la. De maneira que as relações entre ambos, do ponto de vista do interesse da classe operária, “devem criar as condições em que a saída da legalidade — a ofensiva da classe operária — sobrevenha no momento mais oportuno para esta classe, sobrevenha quando a classe tiver o mínimo de preparação considerada indispensável para conseguir uma vitória duradoura”.¹⁴

Em suma, as relações entre sindicato e conselhos se complementam na medida em que um disciplina a massa e o outro dirige seu impulso criador espontâneo. Assim, a relação entre ambos deve ser de um único tipo: a participação da maioria, ou de uma grande parte, dos eleitores do conselho no sindicato, *voluntária e espontaneamente*, respeitando tanto o caráter de adesão voluntária e individual — contratual — do sindicato, quanto o caráter de organização espontânea de toda a classe operária — enquanto “*trabalhador coletivo*” — que tem o conselho de fábrica — expressão revolucionária do *movimento operário de massas*. “Toda tentativa de vincular com relação de dependência hierárquica as duas instituições *não conduz mais do que ao aniquilamento de ambas*”.¹⁵

É claro que essas observações se referem apenas à construção de uma dinâmica que, aproveitando o que de melhor venha a existir no sindicato e nos conselhos, possa reproduzir a prática do movimento operário — enquanto *movimento de massas* — em bases distintas daquelas previstas pela lógica do capital. Elas constituirão a base para uma inter-relação mais ampla, de caráter social geral, cuja expressão máxima se localiza na prática política e no partido revolucionário. É relevante ressaltar que Gramsci pensava o partido

como condutor supremo da luta operária. Entretanto, tinha absoluta clareza dessa condição. Ele afirma enfaticamente:

“Os organismos de luta do proletariado são os ‘agentes’ — os representantes — desse colossal movimento de massas; o Partido Socialista é, indubitavelmente, o ‘agente máximo’ desse processo de destruição e de remodelação, porém não é, nem pode ser concebido como a forma deste processo, como a forma maleável e plasmável segundo o capricho dos dirigentes”.¹⁶

E, mais adiante, define a natureza da direção partidária:

“O Partido se está identificando com a consciência histórica das massas populares, cujo movimento espontâneo, irresistível, governa. Este governo é incorpóreo, funciona através de milhões e milhões de vínculos espirituais tratando-se unicamente de uma irradiação de prestígio que somente em momentos culminantes pode converter-se em governo efetivo...”¹⁷

Enfim, o partido governa sem esquecer-se de que representa um movimento que existe fora dele, ao nível da classe. Seu governo se define, na expressão política desse movimento, como representante da consciência histórica da classe operária. Portanto, não pode submeter burocraticamente o impulso criador que nasce da comunidade do trabalho, base de toda consciência histórica operária.

Encerramos essas observações com Gramsci, posição que fazemos nossa, no que diz respeito às articulações entre movimento de massas — sindicatos e conselhos — e partido político da classe operária.

“As relações que devem existir entre o partido político e o conselho de fábrica, entre o sindicato e este mesmo conselho, nascem implicitamente dessa explicação: nem o partido nem o sindicato devem ser colocados como tutores, nem como superestruturas já constituídas dessa nova instituição, da qual toma forma histórica e controlável o processo histórico da revolução, mas devem ser instalados como agentes conscientes de sua liberação pelas forças de pressão que se resumem no Estado burguês, devem se propor a organizar as condições externas gerais (políticas) nas quais o processo de revolução adquire sua máxima celeridade, nas quais as forças produtivas encontram a máxima expansão”.¹⁸

A luta política de um partido operário, de um partido que busca uma democracia real, antes de superpor à classe operária as superestruturas advindas da fase em que predomina a lógica do capital, deve buscar construir e representar um movimento operário unificado sobre os conselhos e sistemas de conselhos de fábrica. E isto porque o sistema dos conselhos significa a base de um movimento político unificado da classe operária, visto que representa a sua

efetiva união ao nível da produção. Neste sentido, representa o "trabalhador coletivo" que é a própria classe operária.

4. Ensinamentos da Greve

Acreditamos que é a partir dessas considerações que se pode fazer uma análise da greve que nos permita melhor compreender o seu significado político, seus acertos e seus erros.

A greve constituiu o ponto de inflexão das crescentes mobilizações operárias desde 1961, de um movimento que vinha crescendo em quantidade e qualidade e que vinha radicalizando suas posições a cada passo. Fica demonstrado pelo próprio desenrolar da greve que grande parte dessa radicalização teve aquele caráter espontâneo que geralmente ocorre quando entra em curto-circuito a reprodução ampliada do sistema, a unidade se dando a partir do sentimento comum de exploração, do salário corroído pela inflação, da alta do custo de vida. É inegável, por outra parte, que vinha crescendo o nível de consciência da massa operária, o que se refletia no distanciamento crescente do movimento operário com relação aos interesses governamentais e na incapacidade cada vez maior do governo de controlar um movimento que vinha adquirindo uma dinâmica própria e extrapolando os limites que lhe haviam sido colocados pelo Estado.

Essa unidade espontânea do movimento pedia, portanto, formas organizativas que aprofundassem sua dinâmica e seu nível de consciência. Tornava-se premente a organização da classe pela base, organização capaz de transformar a união eventual em união permanente. Não verificamos, entretanto, na greve — que foi, sem dúvida, o ponto culminante das manifestações operárias do período — uma tentativa de organização mais autônoma.

A esse nível a proposta da greve baseava-se em dois pontos fundamentais: a unificação dos acordos e a garantia do livre exercício da atividade dos delegados sindicais no local de trabalho. A unificação dos acordos e o reconhecimento da CNTI como órgão representativo para estabelecer o acordo de todas as categorias industriais, conforme já colocamos, restringia-se à unidade sindical, não apontando para nenhum tipo de organização que fosse expressão da unidade real da classe. No que diz respeito ao reconhecimento dos delegados sindicais é necessário considerar que a proposta significava um passo importante no sentido de se forjar uma organização da classe pela base, uma vez que visava à organização dos trabalhadores na fábrica, através do delegado sindical.

Sob esse aspecto, é importante ressaltar que o reconhecimento dos delegados sindicais era também violentamente combatido tanto pelo empresariado como pelo próprio governo, como se pode notar

pelos comentários de Carlos Castelo Branco a respeito da atuação de Almino Afonso:

"... suas medidas, no que se referem ao CGT e, recentemente, a uma propalada criação de delegados de fábrica reconhecida pelo ministério, estariam contrariando o sr. João Goulart e engrossando o descontentamento dos setores empreguistas da bancada"."

Cabe notar, entretanto, que também essa proposta restringia-se à organização sindical na medida em que vinculava a organização dos trabalhadores na fábrica ao sindicato, através da figura do delegado sindical. Dessa forma, ela mantém-se também dentro dos limites do trabalho sindical vinculando, inclusive, as comissões de fábrica (que, aliás, já começavam a existir para discutir os problemas específicos das empresas) ao sindicato e restringindo o poder da organização da classe pela base — que é o que pode apontar para a ofensiva da classe operária — ao trabalho sindical que, como já vimos, mantém-se sempre dentro da legalidade industrial.

De modo geral a liderança, com uma experiência política limitada, atrelada às perspectivas do nacional-reformismo, mantinha-se muito aquém da própria pressão da base, não conseguindo dar a essa pressão uma canalização a nível organizacional, no sentido real e objetivo que a própria classe apontava. Presa ao nacional-reformismo, grande parte da liderança era incapaz de avançar para uma proposta de unidade que transcendesse os limites do sindicato, seu velho campo de trabalho, mantendo-se, portanto, numa instância que objetivamente fraciona a classe e propondo uma unidade que advinha apenas da necessidade de enquadrar o governo nas reformas de base e no enfrentamento com a direita, e não como algo que, surgindo do próprio movimento da base, apontasse para a criação de formas organizativas que garantissem a unidade real da classe.

O próprio PAC, ao invés de expressão de produtores diretos homogeneizados no campo da produção, era representante de vendedores da força de trabalho organizados corporativamente. E em si mesmo era uma organização que representava muito mais a defensiva do movimento do que a situação ofensiva em que o movimento se achava. Surgido do fracasso das greves políticas gerais de 62 em São Paulo, fracasso esse gerado, em parte, pela ruptura na cúpula sindical, o PAC foi um esforço de união do movimento motivado pelas condições adversas e não uma organização surgida da unidade que o próprio movimento pedia.

Não se pode negar, entretanto, que a greve geral de outubro de 63 em São Paulo representou um marco das lutas operárias no Brasil. Se, por um lado, as suas propostas não transcenderam o sindicalismo — mesmo aquele praticado em nosso país — e nessa medida eram propostas perfeitamente absorvíveis pelo capitalismo, por outro

lado, significou uma incontestável manifestação de independência do movimento operário brasileiro.

Não se pode abstrair de forma nenhuma a conjuntura de sua realização, nem o sentido da crise brasileira naquele momento, fatos que tornavam extremamente conflitivas proposições que, em tese, poderiam caber dentro da lógica do capitalismo sem maiores esforços.

Não percamos de vista que, numa situação de crise econômica, a burguesia precisava transferir os prejuízos comprimindo os salários, o que aliás explica a reação intransigente do empresariado a uma proposta que garantiria ao operariado maior poder de pressão na sua luta por melhores salários. Conforme se pode observar pelas declarações do patronato, da imprensa a ele vinculada e do aparelho de Estado paulista, é enorme o combate desferido às propostas dos operários, procurando inclusive apresentar a greve como uma manobra anti-São Paulo e vinculando a proposta de unificação dos dissídios à tentativa de intervenção no Estado.

Assim, o sentido político lato dessa reivindicação assume proporções estritas, canalizando contra si toda a ira dos conspiradores. Nesse sentido, os acordos de 80% para todas as categorias (acima inclusive do pretendido pelo patronato) e o fato do empresariado se vir obrigado a sentar na mesa com a organização dos trabalhadores para negociar, assumem um significado extremamente importante. Suas vitórias ficam, portanto, ressaltadas nesse contexto, ao passo que seus erros serão necessariamente minimizados.

A greve dos 700.000, contudo, significou o limite máximo a que poderia chegar um movimento operário apoiado numa estrutura de base como o sindicato, e num sindicalismo corporativo como o brasileiro, até hoje vigente. Até nesse ponto, porém, ela pode significar um profundo ensinamento sobre a falência desse tipo de organização, como base de um movimento realmente autônomo e independente. Pode permitir, ainda, identificar com clareza os pontos a superar na construção da alternativa histórica operária.

Notas

1. "Clareza do Passado, Consciência do Presente", *Cadernos do Presente*, n. 2, p. 78.
2. As 14 categorias eram: metalúrgicos, têxteis, gráficos, químicos, marceneiros, mestres e contramestres da indústria de fiação e tecelagem e trabalhadores nas indústrias de laticínios, trigo, massas alimentícias, curtumes, calçados, bebidas, mobiliário e artefatos de couro. As 4 federações representavam os trabalhadores têxteis, químicos, gráficos e da alimentação.
3. De acordo com o artigo 857 da CLT os acordos salariais são de exclusiva competência dos sindicatos representativos das diversas categorias, sendo, portanto, ilegal o estabelecimento de acordos salariais por federações e confederações quando da existência daqueles órgãos específicos.

4. "Goulart considerou aquele resultado como outra eleição, sua verdadeira eleição para a Presidência da República, a mais expressiva de toda a história do País, maior do que a de Quadros, até então recorde, com 6 milhões de votos. Era seu triunfo pessoal, como *The New York Times* reconheceu". Bandeira, Moniz, *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais do Brasil* (1961-1964), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 4ª ed., 1978, p. 88.
5. Para maiores detalhes sobre a situação econômico-financeira do Brasil àquela época, ver Bandeira, *op. cit.*, p. 89ss.
6. Idem, *ibidem*, p. 98.
7. Sobre o assunto, consultar Bandeira, *op. cit.*, p. 90 a 94.
8. O Caso AMFORP/ITT constitui-se numa das mais vergonhosas transações envolvendo os governos do Brasil e dos Estados Unidos. A esse respeito, ver Bandeira, *op. cit.*, p. 100ss.
9. "... em 8 de abril Goulart criou uma Comissão Interministerial, composta pelos Ministros da Fazenda (San Tiago Dantas), Guerra (Amaury Kruehl), Viação e Obras Públicas (Hélio de Almeida), Indústria e Comércio (Antônio Balbino) e Minas e Energia (Eliézer Batista), para estudar e proceder à compra das subsidiárias da Bond & Share (as empresas da AMFORP) e da ITT, no lugar da CONESP, que assim se extinguiu". Bandeira, *op. cit.*, p. 95.
10. Os discursos citados foram proferidos a 30 de março e a 4 de abril de 1963. Cf. Bandeira, *op. cit.*, p. 95.
11. Idem, *ibidem*, p. 95.
12. Idem, *ibidem*, p. 104-105.
13. Idem, *ibidem*, p. 97.
14. Idem, *ibidem*, p. 97.
15. CGT — Comando Geral dos Trabalhadores; PUA — Pacto de Unidade e Ação; PAC — Pacto de Ação Conjunta; CPOS — Conselho Permanente das Organizações Sindicais (Rio, Minas, Salvador); FSD — Fórum Sindical de Debates de Santos/SP.
16. Bandeira, *op. cit.*, p. 89/99. Sobre o assunto, o colunista de centro-direita Carlos Castello Branco, do *Jornal do Brasil*, do Rio, escreveu àquela época: "Como força de sugestão e de pressão dentro da câmara, a verdade é que o sr. Leonel Brizola quebrou as vagas de sua eloquência e da sua indignação contra o dique inabalado das instituições legislativas. ... O resultado é que, evidentemente esvaaziado, desceu para a rua em busca das massas, sob a vigilância do sr. Neiva Moreira e a desconfiança dos grupos de esquerda radicais, desgostosos com seu personalismo e com sua adaptação às conveniências políticas do governo do sr. João Goulart. Enquanto isso o sr. Almino Afonso preenchia a área vazia da liderança de esquerda, de maneira mais consistente e mais firme, secundado pelo poderoso dispositivo do CGT e desbaratando a resistência da velha mentalidade e dos interesses típicos do petebismo parlamentar e extraparlamentar. Coroando esforço persistente, o Ministro do Trabalho situa-se hoje, junto ao Presidente da República, como representante de um trabalhismo de esquerda ... reforçados pelas vitórias consecutivas contra o reformismo romântico, de uma parte, e o oportunismo partidário de outro. A impressão dominante hoje é que o sr. Almino Afonso passou para trás o brizolismo e o esquerdismo militarista para impor-se como orientador de um reivindicante dispositivo radical, despojado da tradicional tutela paternalista do presidente do PTB".

E mais adiante aduz:

"O sr. João Goulart veria com intranquilidade a tendência dos grupos de esquerda, notadamente sindicais, de se alhearem dos objetivos presidenciais, constituindo-se em força independente, nos termos preconizados pelo Ministro do Trabalho, para a tentativa de influir autonomamente no desenvolvimento da situação brasileira, inclusive com relação às atitudes do próprio Governo". O colunista do *JB* ressalta que o "sr. Goulart atribui ... à ação do sr. Almino Afonso ... seu desgaste na área dos trabalhadores e tem fixado sua firme disposição de substituir o Ministro do Trabalho ..., só não tendo feito isso de imediato porque não encontrou ainda condições para fazê-lo, aguardando a oportunidade de uma ampla reforma ministerial". A oportunidade surgiria com a tentativa de golpe do General Kruel e a subsequente queda do Ministério Dantas-Furtado. Castello Branco, Carlos, *Introdução à Revolução de 1964 — A Agonia do Poder Civil*, Rio de Janeiro, Artenova, 1975, 1º tomo, p. 162-164 e 171-172.

17. "A ofensiva do sr. Gilberto Crockett de Sá contra o CGT obedece, apesar dos desmentidos, à óbvia orientação do sr. João Goulart, a quem o sr. Crockett de Sá serve com absoluta fidelidade há muitos anos". Cf. Castello Branco, *op. cit.*, 1º tomo, p. 175. O colunista Carlos Castello Branco não era neutro na questão. Suas insinuações, quase sempre tendenciosas, poderiam muito bem visar afastar o presidente de suas bases sociais, enfraquecendo-o. Este notório objetivo de suas crônicas, entretanto, parece não afastar da verdade as observações feitas acima, visto as ligações pessoais existentes entre os srs. João Goulart e Gilberto Crockett de Sá. Mesmo que Jango não ordenasse a ofensiva contra o CGT e o sindicalismo independente, certamente a encorajou e foi conivente com ela.

18. "Lacerda antecipou ao *Los Angeles Times* que o Governo de Goulart poderia cair antes do fim do ano, estando os militares a discutir se seria melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o término do seu mandato, ou destruí-lo agora mesmo". Bandeira, *op. cit.*, p. 130.

19. "O movimento ... carecia ... de qualquer direção política e surpreendeu até as correntes mais radicais da esquerda". ... Bandeira, *op. cit.*, p. 122. A direita, no entanto, não perdeu a oportunidade de identificar o levante dos sargentos com o "perigo comunista".

20. "Alguns sargentos, que participaram da rebelião, revelar-se-iam, depois da queda de Goulart, agentes dos serviços secretos das Forças Armadas". Idem, *ibidem*, p. 123.

21. "A explosão de indisciplina vitalizou os que tramavam a ruptura da legalidade, a pretexto de combater a desordem, a agitação, as greves políticas, em resumo, o comunismo. E, no dia seguinte ao motim, o General Humberto de Alencar Castello Branco empossou-se na Chefia do Estado Maior do Exército, condenando os oportunistas reformistas que, segundo ele, pretendiam substituir as Forças Armadas por milícias populares de ideologia ambígua". Idem, *ibidem*, p. 123.

22. Castello Branco, *op. cit.*, 2º tomo, p. 65.

23. O caso Beviláccua pode ser resumido a partir dessas 3 notas saídas na coluna do sr. Carlos Castello Branco, entre os dias 22 e 25 de setembro de 1963. Dia 22: "Está sendo esperada nos círculos oficiais a demissão do General Perí Beviláccua do Comando do II Exército. Tanto o Presidente da República como o Ministro da Guerra estariam decididos a este ato e certos de que o poderão praticar sem riscos do esquema de segurança militar". Dia 24: "O Presidente tem feito sondagens a respeito das reações, mas continuaria decidido a praticar um ato que aliviaria sua situação no setor sindical, ao mesmo tempo em que contribuiria para restabelecer, segundo pensa, a disciplina militar". Dia 25: "O sr. Tancredo Neves informa que, pelo que conhece da situação, o Governo deixará esfriar o

caso do General Beviláqua. ... Essa informação do sr. Tancredo Neves significa que houve ontem recuo do Governo na decisão de demitir o Comandante do II Exército". Castello Branco, *op. cit.*, 2º tomo, p. 66, 68 e 70.

24. Sobre o assunto, ver Bandeira, *op. cit.*, p. 106, 126-127.

25. "Esta conspiração estaria desmascarada no recente discurso do sr. Adhemar de Barros, na entrevista do sr. Carlos Lacerda a um jornal de Los Angeles e na atitude dos banqueiros de se recusarem ao diálogo com os bancários, a qual denunciaria os preparativos do *lock-out* com o objetivo preciso de provocar intervenção armada da crise brasileira". Castello Branco, *op. cit.*, 2º tomo, p. 76.

26. "Confirma-se que o sr. João Goulart recebeu, como agradável e inesperada contribuição aos seus esforços para sair da crise conseqüente à greve dos bancários e à atitude dos banqueiros, a entrevista do Governador da Guanabara. Quando o informaram a respeito, o Presidente sorriu, pediu ao sr. Ryff que providenciasse a cópia integral e desencadeou o sistema de reação governamental". Castello Branco, *op. cit.*, 2º tomo, p. 78.

27. Ver Castello Branco, *op. cit.*, 2º tomo, p. 81.

28. Ver Castello Branco, *op. cit.*, 2º tomo, p. 82. O Congresso aprovaria as medidas excepcionais desde que visassem a conter a sucessão de greves.

29. Idem, *ibidem*, p. 83.

30. Idem, *ibidem*, p. 83-84.

31. Idem, *ibidem*, p. 87.

32. Idem, *ibidem*, p. 89.

33. Sobre o assunto, ver Castello Branco, *op. cit.*, 2º tomo, p. 103ss.

34. Sobre o atentado de Jacarepaguá, ver Bandeira, *op. cit.*, p. 113-114.

35. *O Estado de São Paulo*, 19 de outubro de 1963.

36. Idem, 14 de outubro de 1963.

37. Idem.

38. Idem, 19 de outubro de 1963.

39. Idem, 14 de outubro de 1963.

40. Idem, 22 de outubro de 1963.

41. Idem, 25 de outubro de 1963.

42. Idem.

43. Idem, 29 de outubro de 1963.

44. Idem, 30 de outubro de 1963.

45. *O Estado de São Paulo*, 29 de outubro de 1963.

46. Parecer da Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho, publicado pelo *Diário da Noite*, 31 de outubro de 1963.

47. *Diário da Noite*, 31 de outubro de 1963.
48. *O Estado de São Paulo*, 31 de outubro de 1963.
49. *O Estado de São Paulo*, 31 de outubro de 1963.
50. *O Estado de São Paulo*, 1º de novembro de 1963.
51. *O Estado de São Paulo*, 29 de outubro de 1963.
52. *O Metalúrgico*, novembro de 1963. Essa informação foi confirmada em várias entrevistas efetuadas com operários metalúrgicos que participaram do movimento.
53. Obtivemos essa informação através de entrevista que realizamos com um operário que foi membro da comissão.
54. Gramsci, Antonio, *Consejos de Fábrica y Estado de La Clase Obrera*, México, D.R., 1973, p. 51.
55. Idem, *ibidem*, p. 113.
56. Idem, *ibidem*, p. 51-52.
57. Idem, *ibidem*, p. 35.
58. Idem, *ibidem*, p. 51.
59. Idem, *ibidem*, p. 37, grifos nossos. Essa contradição — uma organização proletária consentida —, submetida pelo capital, expressa no plano organizacional a dominância do capital sobre o trabalho, dominância que, contudo, não é absoluta e se vê forçada a ceder espaços aos trabalhadores. O que leva a afirmar que o sindicato, antes de ser uma doação “funcional” dos capitalistas, é uma conquista do movimento de massas.
60. Idem, *ibidem*, p. 37.
61. Idem, *ibidem*, p. 113-114.
62. Idem, *ibidem*, p. 114.
63. Idem, *ibidem*, p. 54.
64. Idem, *ibidem*, p. 107.
65. Idem, *ibidem*, p. 107-108, grifos nossos. Eis por que nem o partido nem o sindicato podem ser a base do movimento operário revolucionário. Eles se situam a partir das relações de cidadania, onde prevalece a *igualdade formal*. Ao nível da fábrica, porém, não existe tal igualdade. A desigualdade é dada pelo próprio processo produtivo e sua *hierarquização* foge à vontade dos trabalhadores, sendo a expressão da dominação do capitalista, o qual hierarquiza a produção a partir das necessidades da extração da *mais-valia*.
66. Idem, *ibidem*, p. 38.
67. Idem, *ibidem*, p. 38, grifos nossos.
68. Idem, *ibidem*, p. 39, grifos nossos.
69. Idem, *ibidem*, p. 40.

70. Idem, *ibidem*, p. 39.
71. Idem, *ibidem*, p. 39.
72. Idem, *ibidem*, p. 39, grifos nossos.
73. Idem, *ibidem*, p. 114.
74. Idem, *ibidem*, p. 115.
75. Idem, *ibidem*, p. 116, grifos nossos.
76. Idem, *ibidem*, p. 65, grifos nossos.
77. Idem, *ibidem*, p. 65-66, grifos nossos.
78. Idem, *ibidem*, p. 112, grifos nossos.
79. Carlos Castello Branco, *op. cit.*, 2º tomo, p. 162.